

## Elementos Identitários Endógenos e Exógenos dos Movimentos de Luta por Moradia

Elza Francisca Corrêa Cunha<sup>1</sup>, Neilson Santos Meneses<sup>2</sup> Beatriz Almeida de Jesus<sup>3</sup> Joyce dos Anjos Santos<sup>4</sup>

<sup>1</sup>(Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, Brasil)

<sup>2</sup>(Departamento de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Brasil)

<sup>3</sup>(Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, Brasil)

<sup>4</sup>(Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, Brasil)

---

### Abstract:

**Background:** This paper describes endogenous and exogenous identity elements of the housing struggle movements, their main demands, as well as the social representations of these movements organized in Sergipe, northeastern Brazil.

**Materials and Methods:** To collect information, an open interview script was applied to an intentional sample, selected for convenience, composed of eleven leaders of the aforementioned movements. Qualitative data referring to the opinions of the participants were interpreted using the Discourse Analysis technique.

**Results:** As for the Social Movements' Identity Elements, the following were highlighted: struggle for rights in the community and in the country, a sense of justice and transformation of workers' consciences. The political awareness and uncertainty of homeless workers about finding housing were also highlighted. When comparing the characteristics of the movements, the feeling of belonging and the internal valuation of the elements that define the groups stood out. There was a tendency to value judgments directed at non-belonging groups, with criticisms of political conduct, internal regulations and political cooptation present in exogroup.

**Conclusion:** The results indicate that in socially adverse moments, activists representing the working class are still found with motivations to keep alive the struggles with a view to transforming society.

**Key Word:** social representation, housing struggle movements, identity elements, social justice.

---

Date of Submission: 18-08-2021

Date of Acceptance: 02-09-2021

---

### I. INTRODUCTION

Os movimentos de luta por moradia transformaram-se em objeto de estudo em face ao relevante papel que exercem na busca por direitos, em especial em contextos sociais de flagrantes desigualdades sociais, como é o caso do Brasil. De forma geral, os agrupamentos socio-políticos são, muitas vezes, os únicos instrumentos de voz para significativas parcelas da população, que clamam e lutam por espaços e conquistas, a partir da defesa de alguma causa social. Conforme Gohn (2011), os movimentos sociais significam ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural responsáveis por concretizarem as diferentes formas de organização e expressão das demandas de diversos grupos populacionais.

Os movimentos sociais urbanos no Brasil iniciaram a sua projeção nos anos de 1970, diante do importante crescimento urbano do País e das lutas pela redemocratização do País. Na época, a conjuntura socioeconômica e política, mostrava as contradições próprias do avanço capitalista, em que se incluíam significativo déficit de moradia, as questões que permeavam a baixa qualidade de vida e dos serviços urbanos voltados para a classe trabalhadora.

Dentre a diversidade de pautas que gera o surgimento dos movimentos populares, a conquista da casa própria, tem substantiva audiência, inclusive internacionalmente. Apesar da luta por moradia ter sido evidenciada anteriormente, no Brasil, o pioneiro é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado em 1984, em Cascavel, Paraná, no I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Este evento reuniu diversos coletivos de camponeses – posseiros, arrendatários, migrantes, pequenos agricultores – que lutavam pelo direito de posse da terra para produzir e viver.

Durante um ato pela reforma agrária, em 1987, um contingente do MST, lançou o Movimento dos Trabalhadores Urbanos Sem Teto (MTST). Este, organiza os trabalhadores urbanos a partir da periferia e além da habitação, entre as bandeiras de luta assinalam-se, a educação, a saúde, o transporte coletivo e a infraestrutura nos bairros (CALDAR, 2001). Outra agremiação política brasileira cuja principal bandeira de luta

é a moradia é o Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU), que foi criado na cidade de Aracaju/SE, em 2007. Entre as suas principais reivindicações estão o direito ao trabalho e as condições de melhor qualidade de vida para as famílias Sem Teto. A este respeito e quanto ao alinhamento teórico, Gohn 2011, ressalta:

Tanto os movimentos sociais dos anos 1980, como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, como bem acentuou Melucci (1996). Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo. (Gohn, 2011, p.336)

Na perspectiva exposta, este artigo descreve as especificidades do processo de construção identitário, a partir dos elementos endógenos e exógenos dos movimentos sociais participantes do estudo; as implicações de representação social desses grupos, de forma a compreender os elementos de relevância que criam coesão entre os militantes e seus grupos. Além de apontar as representações sociais do MST, MTST e do MOTU, buscou-se, a partir das construções das suas lideranças, compreender os elementos identitários desses agrupamentos políticos. Para tanto, utilizou-se da técnica de análise de discurso de Rocha Coutinho (1994), a partir das informações fornecidas em onze entrevistas realizadas com lideranças dos já mencionados movimentos sociais.

Vale ressaltar que, a temática em tela segue tendo relevante papel nas discussões que tem em conta as desigualdades sociais, historicamente persistentes no Brasil, e especificamente são abordadas nos estudos sobre reforma agrária.

A respeito dos movimentos sociais, Gohn (2011) os vê como ações sociais coletivas que viabilizam formas da população se organizar e expressar suas demandas. Para tal, as ações e as estratégias podem variar entre denúncias; pressões diretas, como: mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, incluindo outras ações de pressões indiretas.

Entre as características dos movimentos sociais, *Ibidem* (2011) lista a continuidade e permanência, a existência de uma identidade e de oposição e a luta por um projeto de vida e social. Neste sentido, os militantes se lançam à busca da organização e conscientização da sociedade, a partir de suas demandas por meio de práticas de pressão/mobilização.

Os movimentos sociais (MS) não são movidos apenas pelas próprias necessidades (fome ou outro tipo carência) mas também, pelas reflexões sobre a própria experiência. Apresentam um ideário civilizatório que coloca no horizonte a construção de uma sociedade democrática. Atualmente suas ações pautam-se pela sustentabilidade e não apenas pelo autodesenvolvimento. Nessa direção, lutam contra à exclusão e consequentemente por novas culturas políticas de inclusão. Entre as bandeiras de luta está a busca pelo reconhecimento da diversidade cultural e finalmente, os MS tematizam e redefinem a esfera pública mediante parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, que por assim dizer, exercem certo poder de controle social e favorecem a construção de modelos de inovações sociais. *Ibidem* (2011).

No período dos anos 1980, todo o País estava contaminado pelos anseios de redemocratização levando ao aparecimento no cenário político de toda sorte de movimento social e em especial, os voltados para melhores condições de vida, a exemplo dos agrupamentos que lutam por moradia. Conforme Paolinelli e Canetti (2019), por meio da consolidação da ideia de “direito a direitos”, as classes populares dirigiram as suas lutas para o plano legal constitucional, na esperança de verem suas demandas garantidas pelas leis brasileiras. Neste contexto, para além da reforma urbana, o “direito à moradia” passou a ganhar centralidade e a partir desse período foram surgindo e se consolidando movimentos sociais, que além das bandeiras de saúde, educação e melhoria das condições de vida passam a cobrar do Estado providências no que diz respeito à provisão de habitação e de terra próprias. Desta forma, as ocupações organizadas tornaram-se forte ferramenta de mobilização e negociação, espalhando-se e ganhando força no Brasil. A este respeito, *Ibidem* (2019, p. 833) assinalam a explosão do período inicial dos processos de ocupação em São Paulo:

O grande marco histórico desse período foi a ocupação simultânea de dezenas de terrenos, envolvendo cerca de 50 mil famílias, pela União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, em 1987. Para além de uma ferramenta de pressão, as ocupações passaram a representar, de fato, uma alternativa de moradia, na medida em que a produção habitacional estatal continuou insuficiente diante das demandas urbanas.

O relevante papel das ocupações como forma de enfrentamento para grande parcela da população vulnerável, tem sido destacada por Canetti (2014, p 26), ao apontar que inicialmente essa importância se deve ao fato de resgatar o direito básico do ser humano à moradia, além dos ganhos sociais que esse direito acarreta, especialmente na recomposição salarial. Neste sentido, o mesmo ressalta que os moradores das ocupações ficam isentos dos encargos relativos a luz, água, aluguéis, impostos e, no limite, o pouco dinheiro que lhes é disponível, pode ser direcionado para melhoria das condições de vida e da alimentação.

Relativo a literatura científica sobre ao tema da identidade social e pessoal, Deschamps e Moliner, (2009) têm destacado a importância dos processos de diferenciação e identificação na formação de tais identidades. Na identificação, o indivíduo se assemelha aos de mesma pertença, destacando-se, dialeticamente a partir da diferenciação de outros sujeitos pertencentes aos grupos de não pertença. Na semelhança com os pares de pertença, os aspectos diferenciais entre nós, do endogrupo e eles, do exogrupo se destacam.

A identidade pessoal está relacionada aos traços mais individuais e nos diferencia das outras pessoas e nos torna idênticos a nós mesmos no tempo e no espaço. Os supracitados autores referem essa permanência durável que cada sujeito deveria ter e os muitos papéis desempenhados para públicos diferentes. Desta forma, o termo “identidades”, no plural, ressalta a concepção de identidades de acordo com os diferentes contextos sociais. Para Dubar (1997), a identidade pessoal não é dada, nem fixa, mas construída individualmente, não se reduzindo a interiorização das identidades herdadas, nem aos papéis pré definidos. Ao contrário, às vezes são utilizadas rupturas e distinções do material herdado, no sentido de construir a identidade pessoal.

Lipiansky (1998) assinala na construção da identidade pessoal um sentido subjetivo que se relaciona com o sentimento de individualidade (eu sou eu), de singularidade (eu sou diferente dos outros) e de continuidade no tempo (sou sempre a mesma pessoa). A identidade pessoal tem forte implicação com diversos processos, destacando-se entre eles, a individualização. Esta, designa o conjunto de características que diferencia uma pessoa da outra e é responsável pelos processos da memória, representação e linguagem. Na constituição da identidade pessoal, Deschamps (1980) assinala ainda, a diferença e a similitude, combinação de traços que faz o indivíduo ser diferente do outro e tenha sua particularidade. Essas características definem o indivíduo como idêntico a si e diferente dos outros.

Os estudiosos, citados acima, relacionam o conceito de identidade pessoal a uma construção continuada com reconhecimento das características pessoais e atravessada por rupturas e diferenciações. Assim, o referido conceito é permeado por diversos processos, em que se destacam, a singularidade, a diferenciação, a similitude e a individualização, todas construídas através das relações sociais.

A identidade social pode ser entendida como a soma das identificações que usamos para nos definir e como um sistema que permite a personalidade do grupo, no sentido de expressar-se, enquadrar-se, pertencer-se e possuir semelhanças e/ou diferenças.

Com a intenção de apresentar os processos identitários pelos quais o indivíduo constrói o conhecimento sobre si mesmo e sobre os outros, os supracitados autores, Deschamps e Moliner (2009), defendem que esses processos atuam no conhecimento e na crença sobre si mesmo, sobre os outros, sobre os grupos de pertença e os de não pertença. Processo esse que eles dividem em três grupos: processos sociocentrados, egocentrados e intermediários.

Os processos sociocentrados são relacionados aos tratamentos dos grupos, de onde advêm as categorizações e os estereótipos, que permitem aos indivíduos elaborar os conhecimentos sobre os grupos. A categorização, o ato de agrupar, organizar o entorno em semelhantes (na forma de categorias), seja em grupos de pessoas ou objetos, tem propriedade indutiva, pois supõe a organização e a simplificação do que está ao redor. Apresenta também um caráter dedutivo, no sentido de a pessoa pertencer a um grupo, cujas características e propriedades sejam atribuídas a essa pessoa. Sendo assim, a categorização permite a percepção das características dos grupos, evidencia as diferenças existentes entre os membros do grupo e minimiza tais diferenças internas do grupo (MARQUEZ, PÁEZ, ABRAMS, 1998).

Os estudos sobre a identidade social têm ressaltado a importância e a função avaliativa dos estereótipos, mostrando-se estes, valiosos objetos de investigação à medida que os indivíduos se percebem em diferentes categorias de outros, com os quais se comparam. Nesse processo comparativo, os sujeitos percebem em si, traços em comuns com membros do grupo de pertença e por outro lado, traços diferenciados de outros sujeitos, membros de grupos de não pertença. Esses traços identificados como estereótipos referem-se “às características pessoais, geralmente traços de personalidade, mas muitas vezes, são relacionados a comportamentos de um grupo de pessoas” (LEYENS; YZERBYT & SHADRON, 1996, p. 24). Os estereótipos são simplificações que permitem a descrição rápida e simples de um grupo e de seus membros. O processo comparativo tem por base aspectos diferenciais entre os grupos, nos quais o sujeito tende a valorizar as consequências positivas atribuídas ao endogrupo e a desvalorizar as ações dos grupos de não pertença. A este respeito, Tajfel (1970) acredita que a discriminação é um comportamento advindo da categorização social, por conta do caráter discriminatório entre os grupos.

Os processos egocentrados estão ligados às informações dos indivíduos, que enfocam o conhecimento sobre si mesmo em comparação com os outros e podem gerar e reforçar sentimentos de semelhança e/ou de unicidade. A incerteza dos indivíduos com relação às suas opiniões/aptidões, a competição e a busca por especificidade de si mesmo estão envolvidas na comparação com o outro.

Festinger (1957) preconiza que, em um grupo, quando existem opiniões diversas, surgem pressões a favor da uniformidade. Além disso, quando não temos base para avaliar nossas atitudes/crenças/opiniões, dependemos de outrem, o que leva as pessoas de um grupo a se aproximarem uns dos outros, a se assemelharem

e aprenderem entre eles. Esta perspectiva supõe que a indecisão quanto às nossas capacidades e opiniões, nos leva a nos compararmos com as outras pessoas. Esse processo tem por base a conformidade e a semelhança, pois quem se assemelha, se une. O acento colocado na diferença, parte do pressuposto de que em face à ameaça da identidade, a referência ao outro leva à diferenciação. Desta forma, quem decide pela diferenciação, normalmente é o indivíduo que se sente inferiorizado socialmente, colocando assim, sua identidade em questão, no intuito de desvencilhar-se daqueles com quem se compara.

A articulação entre semelhança e diferença está relacionada ao fato do indivíduo ter tendência a se valorizar em relação às normas do grupo e à valorização em relação aos outros, como estando mais nas normas que os outros. Essa conformidade não é apenas no nível individual, pois para Codol (1973), há conformidade do próprio grupo, em que os indivíduos consideram seus grupos de pertença mais seguidores das normas que os grupos de não pertença. Percebe-se assim, que a semelhança e diferença entre si e os outros não são negativamente dependentes.

Entre os processos sociocentros e egocentros estão os intermediários que consideram as pertenças dos mesmos indivíduos nos diferentes grupos sociais. Segundo Deschamps (1980) um comportamento não pode ser atribuído a características somente individuais, pois está intrinsecamente ligado também aos grupos e categorias que os atores pertencem.

## **II. MATERIAL AND METHODS**

A pesquisa foi conduzida segundo os parâmetros determinados pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Humanos e foi aprovada no CAAE sob o nº 87868518.7.0000.5546. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), antes de se iniciarem as atividades de coleta de dados. Foi construído um roteiro de entrevista aberto que investigou os elementos de identidade de grupo de pertença e de não pertença política, representações sociais dos movimentos em questão e as suas principais demandas. Os participantes foram entrevistados individualmente em suas comunidades, entre novembro de 2019 e janeiro de 2020.

Participaram da amostra onze lideranças de movimentos de luta por moradia existentes em Sergipe, a saber MST, MTST e MOTU. A amostra foi realizada de forma intencional e por conveniência, esta, para Gil (2002), é caracterizada pela aceitação dos sujeitos contribuírem voluntariamente com a pesquisa e é intencional, quando a coleta é realizada em lugares onde se encontram os sujeitos com características amostrais.

As informações subjetivas foram gravadas e transcritas na íntegra e interpretadas, pela Análise do Discurso, proposto por Rocha Coutinho (1994). A interpretação dessa autora é temática e inclui quatro etapas: categorização, definição das categorias, extratos das falas que mais representam a categoria e a discussão dos dados à luz da literatura.

Table no4 Shows Percent Change in Lipids,( mg/dL) on a dose of Rosuvastatin 20mg on alternate Days for 6weeks. Total Cholesterol (TC)level reduced by(-26.36%), Low-density lipoproteins cholesterol (LDL-C) went down by (-37.53%), Triglyceride reduced by by(-11.63%), Non-HDL-C went down by(-29.71%),. While there had been a reduction in the undesirable Lipids due to the above medication ,there was a positive upwards change in the desirable Lipids like high-density lipoprotein cholesterol (HDL-C) which improved by(+8.17%), Further, Fasting blood glucose, FBG, mg/dL level were reduced by (-36.65%). and HbA1c, % hemoglobin A1C test which measures blood

## **III. RESULTS AND DISCUSSION**

Das respostas à entrevista, surgiram seis categorias, tratadas pela Análise do Discurso (ROCHA COUTINHO, 1994), a saber: Representação Social de Ativismo Política, Características dos Movimentos Sociais, Identificação com Endogrupo, Fator de Agregação no Movimento Social, Não Identificação com Exogrupo e Comparação entre Endogrupo e Exogrupo.

A categoria Representação Social de Ativismo Político foi definida a partir das falas dos participantes que apresentaram as suas opiniões sobre ativismo político, seus produtos cognitivos que os ligam aos movimentos sociais nos quais se inscrevem como militantes.

Nascer no sertão, com aquele sol, trabalhando no campo, tentando sobreviver, então já nascemos um ativista. Minhas preocupações sempre são as mesmas, uma sociedade justa e igualitária para todos (RO, MST).

Lutar por um modo de vida onde o cooperativismo o associativismo, o coletivo seja beneficiado, também pelo modo de vida, então até na forma de plantar como é o nosso caso, onde a gente não agride ao meio ambiente, onde a gente não prejudique nem nossa saúde, nem dos próximos né, nem das gerações que virão, então a gente tenta transformar consciências, claro de uma maneira muito modesta, uma maneira muito humilde né, e muito devagar, mas da nossa maneira a gente tenta transformar consciências, pra que a gente avance, pra que a transformação (JI, MOTU).

De qualquer maneira a gente somos político, a gente tamo na política [...] porque queira que não queira a gente tamo na política, depende da política, então a gente somos [ativistas políticos](MA, MST).

Ativista político é trabalhar em prol do próximo e da gente mesmo e do próximo, porque se a gente não trabalhar em prol do próximo, então pra quê política, né? (EN, MOTU).

Para os entrevistados, o ativista político trabalha para si e para o próximo, luta politicamente pelo cooperativismo, para transformar consciências contra o capital financeiro, pelos objetivos políticos, para comunidade e pelo País. As falas são corroboradas por Machado (2007, p. 256) quando afirma “muitos movimentos sociais visam a cooperação, o voluntariado ou a preservação cultural”. Outro fator que contribui para a explicação do ativismo nos movimentos sociais, são as vivências construídas a partir do sentimento de coletividade, que por sua vez motiva a continuidade e a coesão na militância. Davel e Machado (1990) reforçam a influência das lideranças e da identificação dos sujeitos aos ideais nas organizações. Estes aspectos contribuem em parte, para o entendimento da continuidade do ativismo nos movimentos políticos e ainda lançam pistas a respeito do processo dos sujeitos sociais tornarem-se sujeitos políticos.

Dell’aglio, Almeida e Stenze (2013) acreditam que os sujeitos buscam fazer parte de movimentos sociais visando recursos sociais e culturais, além de ressaltarem que a militância eleva o nível de politização dos militantes. Neste sentido, a atuação política articula esses fatores e influencia diretamente a forma de pensar e a vida dos sujeitos. Os integrantes da amostra declararam ter incrementado o esclarecimento de suas ideias, além de ganhos nos âmbitos intelectual e social (CORRÊA- CUNHA, 2019).

A respeito das representações sociais dos movimentos de luta por moradia, na categoria Características dos Movimentos Sociais, os entrevistados falaram sobre aspectos relevantes, como os objetivos e atributos que constituem tais organizações políticas. A maioria concordou que os movimentos de luta por moradia têm uma característica em comum – a luta não somente por terra ou habitação, mas por direitos sociais, como lazer, mobilidade, saúde e principalmente a conquista da reforma agrária sob responsabilidade coletiva dos trabalhadores.

Tem aqueles movimentos que luta por terra, que eles vão trabalhar na terra, vão plantar e através das plantação vão vender e criar seu meio de vida, e tem o MTST que luta pra que a pessoa tenha moradia e tenha sua própria casa (JU, MTST).

O MTST tem essa forma de pensar de que todo mundo tem sua parcela de responsabilidade e incentivar que as pessoas participem e assumam também sua parcela na luta, não deixar ser só levado por uma liderança ou outra (BI, MTST).

Nosso movimento é um movimento de luta por reforma agrária popular. Tem trinta e seis anos, o MST. É organizado em quase todo país, em vinte e quatro estados, precisamente. É organizado em cooperativas e produção agroecológica orgânica, enfim.. É um movimento de luta por terra (RO, MST).

Os movimentos de luta por moradia, todos militam por uma causa só né, mas não só por moradia, depois a gente passa a entender que a gente não é só uma moradia. É uma luta por direitos, a gente precisa ter saúde, precisa ter lazer, precisa de mobilidade, principalmente o movimento organizado dos trabalhadores urbanos (JI, MOTU).

O MST é o sem-terra, a gente luta pela reforma agrária, um pedacinho de terra pra plantar, então a gente ocupa, faz o seu barraco e por lei, a gente tem que ter uma tarefa de terra plantada. A gente tá atrás de terra pra plantar, então a gente tem que provar que quer terra, pra quê terra? Que nem essa que a gente tá ocupado agora, ela no documento ela tá como não produtiva, aí a gente tem que mostrar ao INCRA e pra o Governo que ela é produtiva e tamos mostrando e produzindo muito lá (MA, MST).

Segundo Ammann (1991), o conceito de movimento social está relacionado a uma ação contestadora nas relações sociais, com o objetivo de transformar ou preservar a ordem social quando está ameaçada. O autor complementa que os movimentos se constituem por elementos de contestação, protesto, insatisfação e conflito. Levando-se em consideração que os grupos sociais participantes desta pesquisa foram descritos pelos elementos mencionados pelo autor, podemos afirmar que os mesmos apresentam características identitárias semelhantes, tais como melhoria nas condições de vida, saúde, cultura, empoderamento social da população sem terra e sem teto, como apontado pelos entrevistados dos diversos movimentos.

A luta por terra e moradia, foi a característica recorrente dos movimentos sociais nos quais os participantes militam. Conforme Batista (2008), os conflitos por terra são lutas políticas que exigem a ocupação da terra como espaço de trabalho, sobrevivência, a terra como espaço de vida e de cultura, que almejam atribuir uma outra territorialidade diferente daquela do capital, do latifúndio, da exploração, da cultura mercantil e da exaustão da natureza. Assim, os ativistas buscam desterritorializar o espaço da grande empresa, do agronegócio e configurar um novo território da agricultura familiar, da pluri-cultura, do trabalho solidário e da cooperação. Para o mencionado autor, “a tamanha reconversão do espaço e os movimentos reivindicatórios para uso do espaço, tornam-se um fenômeno mundial, não se resumindo às reivindicações pontuais, mas também pelo espaço inteiro, pela vida cotidiana” (Batista, 2008, p. 10).

A amostra também ressaltou a busca por direitos humanos em geral, os quais contemplam o leque da qualidade de vida e que, na maioria das vezes, são serviços alcançados a partir de muito enfrentamento por parte dos militantes políticos. Machado (2007), nesta lógica, ratifica que as ações coletivas, com seus métodos não institucionais, objetivam pressionar as entidades governamentais, em direção às suas necessidades e conseguem assim, mudar a ordem social, ou parte dela, influenciar os resultados de processos sociais e políticos, contribuindo para a criação de políticas públicas que favoreçam as minorias. As ações coletivas e a pertença ao grupo, tornam-se muito relevantes para a obtenção dos direitos relatada, os embates travados em direção à obtenção da moradia e à qualidade de vida em geral do grupo de pertença e ao grupo social “extensor”, foram apontados como características fundamentais dos movimentos sociais.

A Identificação com Endogrupo categoria definida pelas características que os investigados apontaram quando apresentaram aspectos relevantes da sua identificação ideológica com os elementos identitários do movimento social ao qual militam:

Dentro do MTST, primeiro se tem uma mentalidade coletiva de que todo mundo pode participar. Esse incentivo das pessoas assumir cada um sua postura de responsabilidade na luta, eu acho interessante (BI, MTST).

Tem tantos terrenos vazio, tantas casa sem gente morando, ta lá vazia e eles não tão cumprindo com a função social, eu acho que a gente como movimento, a gente tem o direito de cumprir essa função. Então lá [no MTST] além da gente lutar por moradia, a gente luta por saúde, por educação. (JU, MTST);

O empoderamento da mulher e das pessoas em si, homem, mulher, jovens, militantes. (BI, MTST)

Acho que a prioridade é a moradia, me identifico mais com essa parte (MAR, MTST);

A luta por educação no campo (RO, MST);

A luta como um todo, mas como educadora popular a gente se identifica mais com formação política (JI, MOTU);

As formações [políticas] que a gente recebe (EN, MOTU).

Os sujeitos mostraram a sua identificação com o movimento social que participam em especial, nas ações coletivas e quando todos buscam melhorias, não só para si e para o grupo de pertença, mas para toda a população. Tajfel (1974) diz que a categorização social é um dispositivo que divide, caracteriza e ajusta o ambiente social, serve como guia para orientar o sujeito a criar e definir seu lugar na sociedade. Para o autor, os grupos sociais são responsáveis pela construção da identidade social dos indivíduos e é neste sentido que a sociedade influencia fortemente a definição da identidade, além de formar a sua realidade pessoal e psicológica.

Segundo Nascimento e Souza (2017), a identificação grupal é um processo cognitivo primário, onde se obtém conhecimento por meio da interação com outros sujeitos do mesmo grupo. Posteriormente ao processo de identificação grupal, o sujeito reconhece os pontos positivos e negativos do grupo, bem como, os sucessos e fracassos, que intensificam a pertença grupal. Assim, o componente cognitivo diz respeito a autocategorização e à autodefinição do sujeito, isto é, ao ser estabelecido o sentimento de pertença a determinado grupo, o indivíduo assume todo o processo de estereotipia do grupo e passa a expressar características que os diferencia dos demais grupos. Criam-se assim, crenças, atitudes, sentimentos e comportamentos dos integrantes dos grupos, potencializando as semelhanças e diferenças entre os mesmos.

Em uma pesquisa com lideranças sindicais brasileiras, Corrêa-Cunha (2019) observou que um fator de significativa identificação dos militantes com o movimento social ao qual estavam ligados e que fortalecia a motivação para continuarem na militância política era a formação política, que lhes era proporcionado e favorecia seu crescimento ideológico político, conforme apontou uma das lideranças entrevistadas nesta presente pesquisa.

Ainda sobre dos elementos identitários dos movimentos de luta por moradia, a categoria Fator de Agregação no Movimento Social, trouxe significativas contribuições, em face às opiniões da amostra sobre os fatores que unem os militantes e que são inerentes ao movimento social que participam.

O que mais agrega é a coletividade, entendeu? Uma mão ajuda a outra. Quando um tá com problema, o outro vai, chega, pergunta, tenta resolver. Se um tá num canto chorano, o outro vai e dá um ombro amigo e é isso que agrega as pessoas (JU, MTST).

O que mais agrega os militante eu acho que é o gosto de tá ali no dia a dia. É o gosto, sei lá.. porque desde que você começa, minha fia, você... é como você, você gosta de um ritmo de música, você vai ficar naquele ritmo, é de você. A gente tá na militância, depois que entra pra sair é ruim (SE, MOTU).

Eu acho que também o senso comum de coletividade. Tem uma coisa que é praxe do MTST no Brasil todo que é a cozinha coletiva, eu acho que é do básico a alimentação, que é escassa, numa ocupação não tem muita escolha do que vai comer, e lá seja o que for, uma refeição mais, é, mais elaborada, ou uma refeição simples é pra todo mundo e isso é muito interessante porque acaba levando pra todos os âmbitos da ocupação (BI, MTST).

Acho que o que mais agrega a eles é a necessidade, o que tem em comum, é a necessidade (MAR, MTST).

A união, a luta, o desejo de um país melhor (RO, MST).

O Senso de Justiça, que é correto, igualitário, entendeu? (JI, MOTU).

É a motivação de querer um pedaço de terra é o que agrega. Porque a gente não tem salário, mas trabalho a gente tem muito, é muito trabalho, muita dor de cabeça, então o que motiva a gente é amanhã ter um pedacinho de terra pra poder plantar e morar, viver sossegado (MA, MST).

É o companheirismo. Se a gente não se identificar com os companheiro não tem como estar no movimento, então eu acho que os movimento que eu conheço, que é o MST e o MOTU, são pessoas que a gente se identifica bastante (EN, MOTU).

A amostra mencionou alguns fatores que os ligavam ao seu grupo de pertença: a coletividade, a empatia e os objetivos em comum. Conforme afirmam Nascimento e Souza (2017, p.2), “A identidade social é em larga medida, relacional e comparativa, o que gera determinadas consequências ao nível de pertença de grupo”. Neste sentido, o sujeito se mantém em um determinado agrupamento e se engaja em outros à medida que estes contribuam para a construção de seus aspectos identitários.

Os supracitados autores apontam que a identidade social não se consolida apenas como pertença a grupos, mas, especialmente na comparação entre elementos intergrupais, constituindo-se, assim, como um mecanismo causal que rege as relações intergrupais. Neste contexto, a identidade social está pautada na necessidade de se ter uma imagem positiva perante o grupo de pertença e diferente dos demais grupos. Sendo assim, a comparação e a busca por uma imagem positiva torna-se o impulso necessário para a mudança social no comportamento intergrupos.

Na categoria Não Identificação com Exogrupo, os sujeitos da amostra comentaram sobre os aspectos grupais que não concordavam e não se identificavam nos outros agrupamentos sociais. Eles trouxeram relevantes contribuições a respeito dos elementos endógenos e exógenos relacionados ao seu grupo de militância. Afirmaram que não viam diferenças entre os movimentos de luta por moradia, salientando que todos eles lutam basicamente pelos mesmos objetivos e o principal, o empoderamento das classes populares, revelou-se com maior destaque. No entanto, entre os entrevistados houve revelações de não identificação com aspectos políticos e estruturais de outros movimentos sociais, tais como, cobrança de taxas para todos os participantes, estruturas de poder mais rígidas e cooptação política.

Eu acho que a questão de cobrar taxa, não me identifico porque não acho justo, porque às vezes tem uma pessoa ali, morando num barraco, morando no mato, acho que se a pessoa tá ali é porque realmente tem a necessidade. Como os sem-terra, porque você acampar numa cidade é uma coisa, você acampar no meio do mato é outra coisa, então as pessoas estão ali submissa a viver aquela vida e ainda alguém cobrar a taxa de trinta, cinquenta reais por mês, eu acho que é tirar de quem não tem, porque eu acho que a pessoa já tá ali porque não tem, então a gente tem que correr atrás de quem tem e não de quem não tem. Eu não me identifico com essa parte, de cobrar taxa de ocupante (MAR, MTST).

Não tem, porque todos lutamos com o mesmo intuito, sonhando a mesma utopia (RO, MST).

Eu acho que com o que menos me identifico é com disputa, com rivalidade, principalmente disputa política, porque se estamos todos do mesmo lado somos todos trabalhadores, entendeu? É isso, disputa e rivalidade (JI, MOTU).

Pelo fato de os movimentos sociais de luta por moradia, identificados como exogrupo e endogrupo lutarem por objetivos comuns, é possível que os integrantes não percebessem diferenças entre eles, ou pelo menos, não se sentissem à vontade em apontá-las. Em contrapartida, ao que a maioria ressaltou, o objetivo comum entre os referidos movimentos, alguns participantes em tom de crítica, mencionaram os aspectos de disputa entre os militantes dos diferentes movimentos sociais e ainda como elementos de não identificação com o exogrupo, foram apontadas características estruturais de outros movimentos. Foi mencionado a não concordância com a organização interna de outras agremiações, ressaltando a injustiça com a cobrança de taxa para o ingresso no movimento. Foi ainda relacionada a disputa existente nos grupos de não pertença.

Foi possível perceber a tendência de valorização das características do endogrupo e uma certa desvalorização das características estruturais nos exogrupos. Para Codol (1973), os indivíduos consideram seus grupos de pertença mais seguidores das normas que os grupos de não pertença. À medida que os participantes apontaram diferenças em outros grupos, eles se percebem fortalecidos, devido as características criticadas do exogrupo, valorizando por assim, o próprio grupo de pertença.

A fim de relacionar elementos identitários dos movimentos sociais que os participantes militam e as demais agremiações afins, a categoria Comparação entre Endogrupo e Exogrupo, foi esclarecedora por trazer semelhanças e diferenças entre os movimentos estudados. Foram apontadas semelhanças com o grupo de militância (endogrupo) tais como: a luta por dignidade, pela moradia, por saúde, educação, a ajuda mútua e a utopia de chegar ao Socialismo. A maioria sinalizou poucas diferenças entre o endogrupo e os exogrupos. Sendo assim, foram mencionadas algumas discordâncias entre os agrupamentos, em especial, no que diz respeito ao regime interno e à organização política de cada movimento, onde se destacou a discordância quanto à existência de cobrança de taxa para participação em algumas agremiações.

O MTST tem essa forma de pensar de que todo mundo tem sua parcela de responsabilidade e não deixar ser só levado por uma liderança ou outra, que às vezes acontece de um certo risco da gente ficar meio fechado numa liderança que às vezes não é para o bem (BI, MTST).

Olha, a semelhança é a questão de lutar por um objetivo, o MST luta por terras, já o MTST por moradia, então cada um no seu objetivo, mas que chega a um mesmo objetivo. A diferença, é a questão de se cobrar taxa, alguns movimentos cobram taxas mensais por participação, por associação, por algo, pra até mesmo assegurar o movimento e no MTST não se cobra taxa, então essa é a diferença de um pra outro (MAR, MTST).

Acho que a utopia de todos os movimentos são as mesmas, é chegar ao socialismo, mas cada um tem uma metodologia, seja por moradia ou por terra (RO, MST).

Eles [Movimentos de luta por moradia] se parecem porque entre um e outro eles lutam pela dignidade da pessoa em si, pra que a pessoa tenha um trabalho. O MOTU tem trabalho de plantar, colher e vender. Isso é um meio de trabalho pra eles. E sem contar que tem sua própria terra, eles vão tentar ter sua casa e ter sua moradia. Já o MTST a gente luta por moradia, só que o nosso já é diferente, a gente não quer a terra, a gente quer a casa, o apartamento, que seja (JU, MTST).

Lutar por direitos, seja pela mobilidade urbana, porque não é só a casa, a casa e muito mais, muito mais direitos, que a gente tem que lutar, essas são as semelhanças. As diferenças estão por parte infelizmente da política, quando alguns são cooptados por algum partido ou por alguém, e aí a luta toma caminhos diferentes ou que dê a própria forma de se comportar na política. A diferença tá é nisso, como se organizam, como é o regime interno, como cada um se organiza (JI, MOTU).

As falas mostraram que os movimentos são compreendidos pelos participantes com certa identificação, cujo principal liame é o alcance da terra e/ou da moradia. As similaridades entre os grupos envolvem situações ligadas a todos estarem na mesma categoria de militância política e em que os movimentos sociais atuam tanto no meio urbano quanto no meio rural. Há ainda o fato de a principal bandeira envolver o alcance da terra para produzir alimento com vista à sobrevivência e o terreno para habitação. No entanto, uma das cruciais diferenças entre tais agremiações, encontra-se, segundo os depoimentos, justamente na maneira como se organizam para alcançar os objetivos, tendo em vista que as pautas acompanham as idiossincrasias específicas de cada movimento.

#### **IV. CONCLUSION**

Este trabalho analisou algumas categorias sobre identificação grupal, aspectos identitários e representação social dos movimentos de luta por moradia surgidos em uma investigação realizada junto a lideranças dos mencionados movimentos sociais MST, MTST e MOTU. Entre os elementos presentes nas representações sociais de ativismo político sobressaíram: trabalhar para si e para o próximo, lutar politicamente pelo cooperativismo, para transformar consciências contra o capital financeiro e pelo País.

As representações sociais dos movimentos de luta por moradia, mostraram ser a luta por terra e moradia as principais causas desses agrupamentos sociais. Em se abstraindo a terrível catástrofe, trazida como consequência da pandemia da Covid-19, que se abateu sobre o mundo e especialmente sobre o o povo brasileiro, as implicações que essas falas sinalizaram é a consciência de que, em momentos político e socialmente difíceis, que já se prenunciavam no final de 2019 e início de 2020, pode-se encontrar uma camada de militantes dos movimentos representativos da classe trabalhadora, que ainda têm motivações para manterem vivas as lutas com vista à transformação da sociedade que lhe tem sido bastante adversa.

Quanto às características identitárias das agremiações sociais em questão, observou-se uma forte identificação dos participantes com os elementos que definem o seu endogrupo de militância. Identificação, segundo os entrevistados, construída pelas ações empreendidas pela coletividade que vivenciam, a partir da resolução das demandas cotidianas, da transformação da consciência devido à formação política, enquanto integrantes das agremiações sociais. Os objetivos sociais comuns partilhados, as diversas bandeiras de lutas que incluem melhoria das condições de vida pessoal e social mencionadas nas categorias, têm construído um forte elo identitário entre os movimentos que militam e a própria subjetividade dos ativistas.

Ao compararem os elementos grupais endógenos e exógenos, os entrevistados comentaram os aspectos exogrúpicos, com os quais eles não concordam. Tais elementos de não identificação com os grupos de não pertença (exogrupo), surgiram sob a forma de críticas: a cobrança de taxa para pertencimento ao grupo, a estrutura organizacional que favorece a divisão de poder e a cooptação política. Ao contrário das críticas ao exogrupo, os entrevistados resguardaram as características positivas do seu endogrupo de militância, corroborando os estudos acerca da identidade em seus aspectos pessoais e sociais.



## REFERENCES

- [1]. AMMANN, S.B. Movimento popular de bairro: De frente para o Estado, em busca do Parlamento. São Paulo: Cortez, 1991.
- [2]. BATISTA, M. S. X. & MOREIRA, O. L. Educação Popular e movimentos sociais: dimensões educativas na sociedade globalizada. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.
- [3]. CALDAR, R. S. O MST e a formação dos terrenos: o movimento social como princípio educativo. São Paulo: Estud. Av. São Paulo, 2001.
- [4]. CANETTIERI, T. (2014). Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia. E-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, v. 5, pp. 22-29.
- [5]. CODOL, J.-P. On the so-called “superior conformity oh the self” behavior: Twenty experimental investigations. European Journal of Experimental Social Psychology, 1975.
- [6]. CORRÊA-CUNHA, E. F. Estudo da construção de conceitos de sindicato e de perfis de militância sindical. Aracaju: Criação editora Brasil, 2019.
- [7]. DAVEL, E. & MACHADO, H. V. A dinâmica entre liderança e identificação: sobre a influência consentida nas organizações contemporâneas. Curitiba: Rev. adm. contemp. vol.5 no.3, 2001.
- [8]. DELL’AGLIO, D. D., ALMEIDA, A. N. & STENZEL, L. M. Construção do ativismo político: militantes dos movimentos sociais lgbttt. Canoas: Diálogo, 2013.
- [9]. DESCHAMPS, J. C. & MOLINER, P. A indetidade em Psicologia Social: dos processos identitários às representações sociais. Petropólis: Vozes, 2009.
- [10]. DESCHAMPS, J. C. L’identité sociale et les rapports de domination. Revue Suisse de Sociologie, 1, 111-122. 1980.
- [11]. DUBAR, C. A Socialização - Construção das identidades sociais e profissionais. Porto Alegre: Porto Editora, 1997
- [12]. FESTINGER, L. Uma teoria de dissonância cognitiva. Califórnia: Stanford University Press, 1957.
- [13]. HOLSTON, James. Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. Companhia das Letras, São Paulo, 2013.
- [14]. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.
- [15]. GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, Agosto, 2011.
- [16]. LEYENS, J.-P.; YZERBYT, V. & SCHADRON, G. Stéréotypes et cognition sociale. Bruxelas: Mardaga, 1996.
- [17]. LIPIANSKY, E. M. L’identité personnelle: L’identité, l’individu, le groupe, la société. Paris: Sciences Humaines, 1998.
- [18]. MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. Porto Alegre: Sociologias, Porto Alegre, 2007.
- [19]. MARQUEZ, J.; PÁEZ, D.; ABRAMS, D. (1998). Identity and Group/intergroup Process. In: Worchel, Morales, Páez and Deschamps. Social Identity internacional perspectives. London: SAGE Publications Ltd.
- [20]. NASCIMENTO, T. G. ; SOUZA, E. C. L. de. Escala Trifatorial da Identidade Social (ETIS): Evidências de sua Adequação Psicométrica. Campinas: Psico-USF, 2017.
- [21]. PAOLINELLI, Marina Sanders e CANETTIERI, Thiago. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. Cadernos Metrôpole [online]. 2019, v. 21, n. 46 [Acessado 27 Julho 2021] , pp. 831-854. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4607>>. Epub 15 Ago 2019
- [22]. ROCHA-COUTINHO, M.L. Tecendo por trás dos panos: A mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Ed Rocco, 1994.
- [23]. SCHERER-WARREN, I. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. In: Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 21-30
- [24]. SILVA, A. O. História das Tendências no Brasil – origens, cisões e propostas. São Paulo: Proposta Editorial, 1987.
- [25]. TAJFEL, H. Experiments in intergroup discrimination. Scientific American, 223, 96-102, 1970.
- [26]. TAJFEL, H.& Billig, M. Familiarity and categorization in intergroup behavior. Journal of Experimental Social Psychology, 1, 149-178, 1974

Elza Francisca Corrêa Cunha, et. al. “Elementos Identitários Endógenos e Exógenos dos Movimentos de Luta por Moradia.” *IOSR Journal of Humanities and Social Science (IOSR-JHSS)*, 26(08), 2021, pp. 53-61.